

Assembléia da Adusp considera que reajuste de 8% agora é conquista do movimento

Assembléia da Adusp realizada no dia 23/5 no anfiteatro da História realizou amplo debate sobre as seguintes questões: a campanha salarial em curso; a falta de docentes existente na USP e que atingiu um grau insustentável na FFLCH; as propostas de expansão de cursos em pauta na Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA); e a questão da previdência dos docentes.

Houve consenso sobre o fato de que a contraproposta de 8% apresentada pelo Cruesp na reunião de 22/5 (veja relato a seguir), com possibilidade de nova negociação e novo reajuste em novembro, representa uma conquista do movimento, dado o panorama da mobilização.

Também foi reafirmada a necessidade de manter-se a luta pelos 16% reivindicados, bem como pelos itens não econômicos, em especial a contratação de docentes e funcionários. A proposta inicial dos reitores era um reajuste de 6,43% em maio e reavaliação, com base na evolução da arrecadação do ICMS, em novembro.

A assembléia aprovou por unanimidade, como indicativo para avaliação conjunta das Entidades do Fórum das Seis (que volta a reunir-se no dia 29/5, às 10 horas), o seguinte encaminhamento para a próxima reunião de negociação com o Cruesp:

— O reajuste de 8% agora significa uma conquista do movimento, mantendo-se a perspectiva de alcançar o percentual de 16% na reavaliação proposta para o segundo semestre;

— O compromisso assumido pelo Cruesp de discutir todos os demais itens da pauta é um fato novo, de relevância política, e precisa se efetivar com a participação das representações estudantis;

— É necessário que se estabeleça com a maior brevidade

a agenda da discussão da pauta de reivindicações construída em conjunto os estudantes.

A respeito da greve na FFLCH, a assembléia avaliou que a Reitoria parece não ter-se dado conta da gravidade da situação criada pela falta de docentes. A impressão provo-

cada pelo Vice-Reitor é de que a Reitoria não tem proposta para superar a crise. Foi reafirmado o firme compromisso da Adusp com o movimento em curso na FFLCH, como parte de uma luta histórica, por condições adequadas de ensino, pesquisa e extensão na USP.

Relato da reunião do Fórum das Seis com o Cruesp em 22/5

Antes da reunião de negociação o Fórum reuniu-se na sede da Adusp, a partir das 10h00, e decidiu que apresentaria no início da reunião o seguinte encaminhamento:

1. *As assembléias consideraram o reajuste proposto insuficiente; queremos discutir um reajuste maior na data base - a proposta de abertura é de 16% - e estabelecer uma política salarial até a próxima data base;*

2. *A agenda concreta para discussão dos demais itens da pauta; prioridade para contratação de professores e funcionários e sobre a não pagamento dos nossos reajustes ao Centro Paula Souza;*

3. *Ida conjunta do Cruesp e do Fórum das Seis à Assembléia Legislativa (AL) na segunda ou terça feira da semana que vem, para desbloquear a PEC 14/2000 (constitucionalizar o repasse do mínimo de 9,57% do ICMS para as universidades);*

4. *Manifestação do Cruesp contra iniciativas isoladas de expansão do ensino público superior estadual e disposição para debater a construção de uma lei orgânica do ensino superior público estadual.*

O presidente do Cruesp insistiu que os 6,43% propostos anteriormente pelo Cruesp, correspondiam ao limite das

possibilidades orçamentárias para manter o custeio mínimo das universidades. Mantém-se porém, o compromisso de discussão de todos os itens da pauta e de estabelecer a agenda para tanto. Informou que o Cruesp terá, na semana que vem, uma reunião com as lideranças dos partidos na AL para tratar da PEC 14/2000. No seu entender o Cruesp e o Fórum deveriam realizar reuniões com esse propósito de modo independente, sendo por outro lado possível cogitar de se encaminhar um documento comum em apoio à PEC 14/2000. Em relação ao item 4, pedia esclarecimentos ao Fórum em relação à explicitação do que entendemos com "iniciativas isoladas de expansão do ensino público superior".

Os representantes do Fórum insistiram nos argumentos que sustentavam a possibilidade de aumentar o índice na data base, sem inviabilizar o orçamento das universidades. Consideramos dentre outros, o fato de que a Unicamp tem retido o repasse do Ipesp, sem porém considerar esse fato nos percentuais de comprometimento efetivo daquela universidade, o que reduz a parcela gasta com salários.

Os técnicos do Cruesp cha-

maram atenção para os altos níveis de juros praticados na nossa economia (mais de 18% nominais, o segundo maior do mundo!) o que impediria o seu crescimento, conforme indicado pela reavaliação do IPEA de que o PIB do segundo semestre deveria crescer 2% ao invés dos 5% originalmente previstos.

Argumentamos no sentido de que esses são de fato problemas reais, mas que atualmente o ICMS acumula crescimento significativo em relação aos salários e que no Estado de São Paulo a perspectiva é de crescimento no segundo semestre e que havia possibilidade de avançar no índice da data base.

Após cerca de uma hora e meia de discussão, sem avanço quanto à questão do percentual, tanto o Cruesp como o Fórum encaminham no sentido da suspensão temporária da reunião para avaliação.

Face à irreduzibilidade do Cruesp, o Fórum decidiu, em conformidade com o avaliado em suas reuniões, apresentar a seguinte contraproposta:

- Manter os 16% reivindicados a serem pagos da seguinte forma;
- 9,68% agora (ICV do Dieese dos últimos 12 meses);

continua na página 2...

Formação “em serviço” de professores da rede estadual terá R\$ 4 milhões

Projeto original previa dispêndio de R\$ 785 mil com doze coordenadores

A USP celebrou um termo de compromisso com a Secretaria Estadual da Educação para implementar o Programa de Educação Continuada (PEC) – Projeto Formação em Serviço para Professores PEB II (categoria de professores da rede estadual que podem ministrar aulas da 5ª série fundamental ao ensino médio), no qual serão utilizados recursos da ordem de R\$ 4 milhões. A professora Sonia Penin, pró-reitora de Graduação, explica que o acordo implica uma revisão dos números e metas originais do projeto.

O montante de recursos inicialmente previsto era de R\$ 6,668 milhões, e a formação em serviço seria voltada exclusivamente para os professores de ensino médio. O projeto teria início em abril de 2002 e término apenas em agosto de 2003. Tudo isso mudou.

A SEE dispôs-se a financiar

somente R\$ 4 milhões, dos quais R\$ 500 mil obrigatoriamente destinados à análise de livros paradidáticos e o restante empregado na capacitação dos professores e na organização de bibliotecas de apoio aos professores nas escolas, segundo a pró-reitora. Desse modo, toda a planilha de custos está sendo revista.

O público dos cursos será de professores que ministram aulas da 5ª série do ensino fundamental ao ensino médio. O projeto teve sua duração reduzida: suas atividades terminarão em dezembro de 2002.

Alta remuneração

O projeto original, cujo montante era de R\$ 6,668 milhões, previa que doze pessoas — o coordenador geral, dois vice-coordenadores e nove coordenadores de área — receberiam um total de R\$ 785 mil, ou seja, o montante da sua remuneração corresponderia a

mais de 10% da verba total do projeto. O coordenador geral receberia R\$ 112,5 mil, quase 2% da verba total.

Também no projeto original consta, entre outras rubricas, uma “taxa de administração” de R\$ 399 mil, equivalente a uma fatia de quase 6% do custo total do projeto. O documento não informa quem ou que instituição será remunerada por esta taxa. No entanto, há um agradecimento à Fundação Vanzolini.

“Todos esses valores estão sendo reorganizados”, informa a professora Penin. O número de coordenadores deverá diminuir. “Tivemos que enviar rapidamente o projeto, então não foi feito com todo o cuidado”, explica.

“Parâmetros da CERT”

“Estamos procurando fazer um trabalho onde o professor seja bem remunerado”, afirma a pró-reitora, acrescentando

que aqueles níveis de remuneração no projeto original justificam-se pela duração prevista, de um ano e meio de trabalho. “Cada professor vai se organizar dentro dos parâmetros da CERT”, garante.

Não haverá seleção ou concurso para contratação dos professores que atuarão no projeto. “Abrimos um edital. Pedimos uma síntese do currículo e aqueles que tiverem experiência na área serão aproveitados”, informa a professora Penin. Além dos 12 coordenadores (“docentes USP”), o projeto original previa a contratação de 64 professores orientadores (“docentes USP”), 16 professores assistentes (“mestres ou doutores”) e 64 tutores (“mestres/doutores/pós-graduandos”).

A pró-reitora comprometeu-se a divulgar o novo formato do projeto dentro de quinze ou vinte dias.

... Continuação do relato da reunião do Fórum das Seis com o Cruesp em 22/5

• novo reajuste em novembro para complementar o percentual de 16%, levando também em consideração o desempenho do ICMS, no caso de ele permitir um percentual ainda maior que compensasse perdas anteriores.

Reaberta a reunião, o Cruesp manteve o índice de 6,43% e propôs antecipar a reunião de reavaliação para setembro de 2002, ao invés de novembro. O Fórum então enfatizou a importância de se avançar em relação ao processo de negociação da data base e apresentou a contraproposta acima. A reunião foi novamente suspensa para que o Cruesp pudesse apreciá-la.

Após meia hora de interrupção, o Cruesp se manifestou no seguinte sentido:

1. Propôs a composição do índice Fipe apresentado (6,43%) com o percentual adicional de

1,48% de modo a elevar o reajuste da data base para 8%;

2. Nesse caso propunha manter a reunião de reavaliação em novembro;

3. Assumia o compromisso de marcar nova reunião para a primeira ou segunda semana de junho, para prosseguimento da discussão dos itens 2, 3 e 4, conforme encaminhados pelo Fórum no início da reunião;

4. Assumia o compromisso de agendar a discussão dos demais itens da pauta e de manter as reuniões periódicas das comissões técnicas.

O Fórum registrou o avanço apresentado e se comprometeu a encaminhar o resultado da reunião para avaliação das assembleias das categorias. Enfatizamos no entanto, que era muito importante que os reitores aceitassem a presença da representação dos estudantes nas reuni-

ões para discussão dos itens não salariais da pauta.

Pela primeira vez o Cruesp se mostrou sensível a esse ponto. O reitor da Unesp, embora fazendo ressalva a quem iria representar os estudantes (o Fórum esclareceu que suas entidades representativas organizadas nos DCEs), disse que era favorável a que eles participassem das discussões dos itens não diretamente ligados a questão salarial.

Foi solicitado também que fosse marcada uma reunião específica na semana que vem para discutir a questão salarial em função da avaliação que será feita pelas assembleias.

O Cruesp disse que não tinha condição de marcar essa reunião naquele momento e que aguardaria o Fórum encaminhar por escrito as decisões das assembleias. Só então se manifestariam sobre a possibilidade

de marcar outra reunião ainda a respeito desse tópico.

Comprometeu-se porém em marcar a reunião prevista para as primeiras semanas de junho, e que juntamente com o comunicado da data viria a manifestação formal quanto a aceitação das representações estudantis e da possibilidade de ação conjunta na AL quanto a PEC 14/2000.

A reunião encerrou-se por volta das 21h00. Em seguida teve lugar na Adusp reunião de avaliação do Fórum que deliberou pela elaboração desse relato a ser encaminhado para todas as entidades. Foi marcada nova reunião do Fórum das Seis para a próxima quarta-feira, dia 29 de maio, às 10h00, na sede da Adusp, quando serão discutidas as avaliações das assembleias sobre a proposta do Cruesp e a evolução da campanha salarial.

A greve na FFLCH e a “expansão” da USP

Continua a passo firme a greve na FFLCH, pela contratação imediata de professores: a relação docente/aluno é de 1:38, contra 1:14 na média da USP. Os pós-graduandos votaram sua incorporação à greve, numa massiva assembleia, somando-se aos graduandos dos onze departamentos. Professores e funcionários encontram-se em “estado de greve”, em solidariedade ativa ao movimento. As atividades de greve — passeatas, aulas públicas no campus e na cidade — têm expressivo público.

Duas audiências públicas, realizadas no anfiteatro da Geografia com presença maciça de estudantes e professores, com a Pró-Reitora de Graduação e o Vice-Reitor, em nada resultaram: só evasivas foram ouvidas da parte das autoridades da USP.

Ao mesmo tempo, uma comissão mista, composta por

representantes das comissões de claros da USP e da FFLCH, reteve a proposta dos departamentos e congregações da FFLCH, que prevê a contratação de 115 docentes até 2004, inclusive, como condição para um funcionamento mínimo. Nesta segunda-feira, 27/5, haverá reunião da comissão de claros do CO, que analisará a situação, ao mesmo tempo em que a assembleia geral dos alunos definirá sua pauta de reivindicações. No mesmo dia, a CAA deverá deliberar acerca da criação de dez novos cursos nos campi do interior, com a contratação de 159 docentes.

Isso quando se cogita da criação da USP-Zona Leste (haveria um terreno destinado a ela, na Avenida Ermelino Matarazzo), a criação do curso de Letras da FFLC de Ribeirão Preto, e a extensão da FFLCH para Pirassununga, com a criação dos

Os números do “arrocho docente”		
FFLCH		
	1990	2000
Professores	455	335
Estudantes Graduação	8.193	9.237
Estudantes Pós-Graduação	2.130	3.513
Total de estudantes	10.323	12.750
Relação docentes/estudantes	1:22	1:38
USP		
	1990	2000
Professores	5.672	4.694
Estudantes Graduação	35.050	39.155
Estudantes Pós-Graduação	15.991	28.295
Total de estudantes	51.031	67.450
Relação docentes/estudantes	1:9	1:14,5

cursos de História e Geografia. Nesse contexto, tais iniciativas podem vir a configurar um quadro não planejado de expansão da USP, que não contemple o necessário compromisso com o ensino superior público, po-

do vir a privilegiar interesses setoriais e ou “políticos”.

E pior, seria uma expansão realizada às expensas do “arrocho docente” da FFLCH, que é praticamente a matriz histórica da USP.

Audiência com Vice-Reitor mantém incerteza sobre contratação de professores na FFLCH

Audiência pública com o vice-reitor, professor Hélio Nogueira da Cruz, no dia 17/5 (foto), manteve o impasse na FFLCH, em greve devido à falta de professores e à superlotação das salas da unidade. Segundo o estudante de Ciências Sociais, e diretor do DCE, Frederic Pouget, o discurso do Vice-Reitor pautou-se em dados econômicos que supostamente inviabilizariam a contratação dos docentes pretendida pelo movimento. Além disso, o professor Hélio Nogueira reiterou a informação de que existe uma comissão estudando o caso.

Durante a audiência, os estudantes que lotaram o anfiteatro da Geografia manifestaram de maneira pacífica sua insatisfação com algumas declarações do Vice-Reitor, levantando cartões vermelhos em sua direção. Ao final do encontro, houve alguns pro-



testos mais exaltados, como a apresentação de uma bandeja com uma galinha morta e velas, e o cerco ao carro do Vice-Reitor por alguns estudantes. “Foram atos isolados. As pessoas estavam muito decepcionadas com o resultado da reunião”, explica Frederic.

Atos fora do campus

Os atos programados pelos estudantes em greve não estão restritos apenas ao grá-

mado da Reitoria da USP, onde têm realizado aulas públicas quase todos os dias. Depois da manifestação dos alunos de Letras, há cerca de um mês, na Bienal do Livro, em 20/5 foi a vez de a Bienal de Arte receber a visita dos grevistas. Cerca de 200 estudantes estiveram no Parque do Ibirapuera entregando panfletos que explicavam os motivos de sua paralisação e colhendo assinaturas para um abaixo-

assinado pedindo a contratação de professores.

Em 21/5, o local escolhido para protestar foi a escadaria do Teatro Municipal. Cerca de 400 pessoas assistiram a uma aula pública com as professoras Maria Aparecida Aquino e Olga Matos, que falaram dos movimentos estudantis de maio de 1968, traçando um paralelo entre ele e a luta dos alunos da FFLCH.

Daniel Garcia

Agora falta mudar o Regimento da CERT!

Em sua última sessão, realizada em 14 de maio de 2002, o CO aprovou a mudança no Regimento Geral da USP que vem sendo noticiada nos últimos *Informativos Adusp*. O Capítulo do Regimento referente à avaliação docente passa a tratar da avaliação institucional. As críticas apresentadas pela Adusp, em reunião com a Reitoria realizada em 22/4, foram incorporadas na proposta e, de acordo com a nova versão do artigo 202 do Regimento, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) terá a função de coordenar o processo de avaliação institucional e deverá propor diretrizes para esta avaliação. Também considerando as críticas da Adusp, o novo texto do artigo 202 não faz menção a relatórios individuais.

E o Regimento da CERT?

Também foi aprovada pelo CO uma alteração na resolução 3531/89 do Regi-

mento Interno da CERT: fica estabelecido que processos de concursos públicos de ingresso na carreira não mais serão encaminhados à CERT quando o docente da USP já se encontrar no regime de trabalho previsto no edital. Esta mudança impede um dos muitos abusos que a CERT vem cometendo. A Adusp tem se manifestado de forma incisiva com relação às atribuições da CERT e tem denunciado constantemente as arbitrariedades que essa comissão vem cometendo.

Na reunião de 22/4, a Reitoria deixou clara a sua posição de que a CERT volte a exercer o seu papel original de controle administrativo do cumprimento dos regimes de trabalho docente. Também concordou com a posição da Adusp de que a avaliação individual dos docentes é de responsabilidade exclusiva dos Departamentos e Unidades. Para que os dispositivos legais fiquem compatíveis com estas

atribuições é imprescindível que sejam alteradas as resoluções 3531/89 e 3533/89 que tratam da constituição e atribuições da CERT, bem como o artigo 91 do Estatuto da USP. Caso contrário, as mudanças aprovadas pelo CO poderão ser inócuas.

Todos somos responsáveis

As mudanças nos Regimentos e Estatuto são importantes para torná-los consistentes com a universidade que queremos. Mas que universidade queremos? Qual é o seu papel na nossa sociedade? Responder estas e outras questões, bem como construir um projeto de universidade pública que exerça sua função social de forma ética, responsável e conseqüente é uma responsabilidade coletiva. Uma proposta de avaliação institucional será consequência desta visão de universidade.

Debate amplo

A avaliação de uma insti-

tuição deve ter como referência o seu projeto. Avaliar a universidade envolve necessariamente a discussão de sua função social e a análise do resultado de seu trabalho coletivo. A definição de diretrizes e métodos para a avaliação institucional deve ser precedida de uma discussão ampla e democrática sobre o papel social da universidade.

A Adusp considera extremamente importante que a Reitoria cumpra o compromisso assumido na reunião de 22/4 e promova este debate antes de que sejam tomadas quaisquer decisões sobre a avaliação institucional na USP. O regimento da CPA, a ser aprovado no CO, só deverá ser elaborado após esta discussão. É muito importante que todos participem deste debate, para que seja possível o estabelecimento de diretrizes que promovam o compromisso e vínculo da USP com a sociedade.

Jurídico agora tem seção na página da Adusp na Internet

Já está disponível, na página da Adusp na Internet (<http://www.adusp.org.br/juris/default.htm>), a seção da Assessoria Jurídica.

Nela o docente poderá tomar conhecimento do teor dos debates jurídicos travados dentro e fora da universidade, em especial a posição jurídica da Adusp sobre temas relevantes do cotidiano da instituição: Previdência, pensões, abusos da CERT, questões relativas ao direito de greve e tantos outros.

O docente também poderá atualizar-se quanto a notícias de seu interesse; inteirar-se das ações judiciais promovidas pela Adusp, dos diversos pareceres e acompanhar o seu andamento.

Homenagem ao movimento estudantil

No dia 17/5, cumprindo decisão de assembleia, a Adusp realizou uma homenagem ao movimento estudantil na USP, com a afixação de uma placa metálica comemorativa no espaço de convivência do Diretório Central dos Estudantes-Livre Alexandre Vanucchi Leme.

O presidente da Adusp, professor Ciro Correia, destacou a resistência e a luta da comunidade universitária contra as fundações privadas que atuam nos *campi* das universidades públicas e procuram impor sua lógica privatizante. Recordou a tentativa da Reitoria, na gestão Marcovitch, de aprovar uma “falácia”, a minuta de resolução sobre as fundações privadas, “pior do que a resolução que está em vigor”, e a ação decidida dos



Daniel Garcia

Professor Zanetic descerra placa em homenagem aos estudantes

estudantes para impedir que a proposta fosse aprovada sem debate na comunidade.

“Nesta luta, os estudantes fizeram várias manifestações, entre elas as ocupações do CO, que infelizmente foram a única medida eficaz naquele momento para impedir uma deliberação apressada do CO”, enfatizou o presidente da Adusp.

“Está havendo perseguição contra os estudantes, ba-

seada na legislação da época do regime militar”, denunciou. “Viva o movimento estudantil da Universidade de São Paulo! Viva a universidade pública e gratuita”, concluiu o professor Ciro.

Também se manifestaram o professor João Zanetic, que descerrou a placa comemorativa e leu os seus dizeres, Magno de Carvalho, diretor do Sintusp, e o estudante Gustavo Moura, pelo DCE.